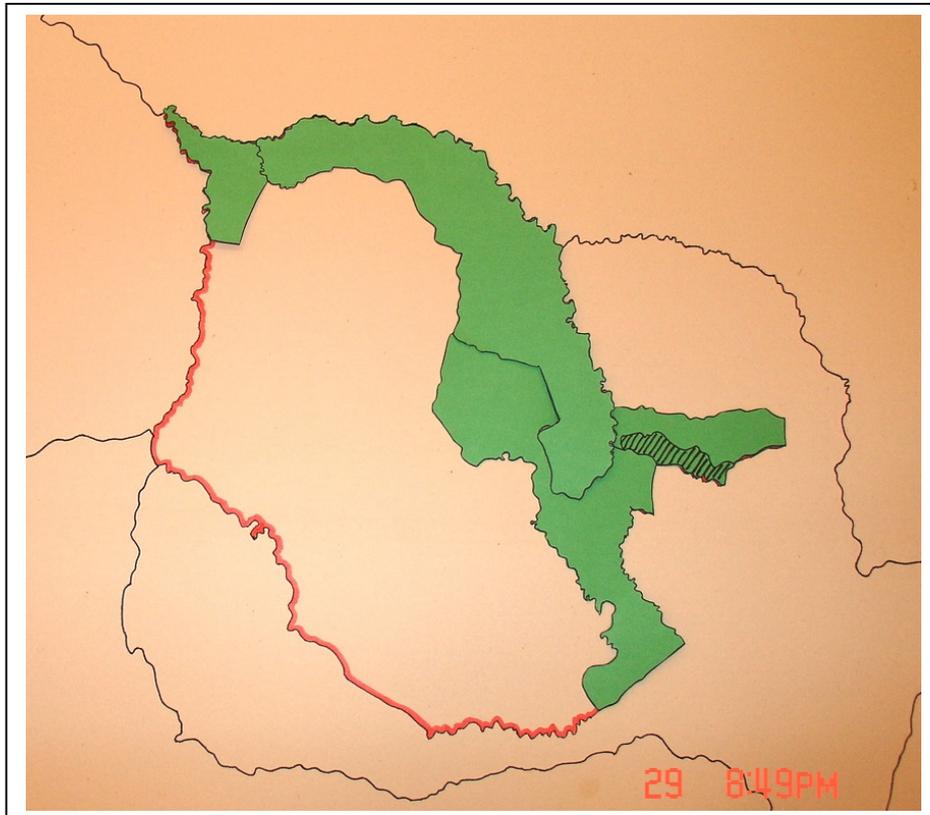


**Programa de Apoio à
Consolidação de UC de Proteção Integral
no Estado do Tocantins
NATURATINS / TNC**

**Relatório de Consultoria do processo de Consulta Pública
sobre Justificativas e Fundamentações para
Alteração dos Limites do
Parque Estadual do Jalapão, TO**



**Moderador:
Jesus Manuel Delgado-Mendez**

**Mateiros, TO
Junho, 2009**

Relatório de Consultoria do Processo de Consulta Pública sobre Justificativas e Fundamentações para Alteração dos Limites do Parque Estadual do Jalapão, TO

Objetivo da Consultoria

Conduzir a o(s) debate(s) público(s) necessários para definir as melhores alternativas para a redefinição dos limites do Parque Estadual do Jalapão (PEJ).

Período de Consultoria

Do 23 ao 27 de junho de 2009.

Programação realizada

Dia 23

- Saída de Bauru e Campinas em direção a Palmas
- Reunião com Coordenação de Unidades de Conservação, Diretoria de Biodiversidade e Presidência do Naturatins.
- Preparação da missão

Dia 24

- Preparação de mapas e materiais de campo
- Reunião com a Presidência
- Saída para o PEJ
- Reunião com o Conselho Consultivo do PEJ

Dia 25

- **Consulta / Audiência Pública**

Dia 26

- Revisão de documentos e registros de ata
- Esclarecimento de posições, informações e acordos
- Redação de relatório

Dia 27

- Retorno a Palmas e Campinas

Observações

- Foram utilizados como documentos básicos de consulta e referência para a Consulta Pública, os Documentos Técnicos Ajustados n^{os} 1 e 2, realizados sob coordenação do mesmo moderador.
- Não foi necessário estender a Consulta Pública a novas sessões, uma vez que a principal consulta foi realizada a contento e não existiam, nem condições, nem urgência em realizar o debate sobre as áreas propostas a serem anexadas aos limites do parque.

Relato e Resultados da Consultoria

Dia 23 – Terça feira

Após a chegada em Palmas às 13:50 da tarde, realizou-se um encontro entre o Consultor e a Coordenadora da CUCO - Coordenadoria das Unidades de Conservação do Naturatins, a B^l Marissônia Lopes, quem permitiu a discussão sobre os seguintes assuntos:

- Principais preocupações políticas que podem afetar o trabalho de Consultoria em campo.
- Ordem de prioridades e/ou hierarquias dos assuntos a serem consultados perante as comunidades do Jalapão.
- Situação administrativa atual do PEJ após a saída da anterior Chefia do Parque.
- Perspectivas de alguns membros da comunidade em relação aos processos de indenização em andamento.
- Possíveis desenlaces administrativos após a consulta.

Após o encontro com a mencionada Diretora, o Consultor reuniu-se com os funcionários da CUCO, Polliana, Marcelo e Marcos para acertar a lista de materiais, mapas e publicações que seria necessário levar ao PEJ e utilizar na consulta pública.

A reunião com a Presidência e a Diretoria de Biodiversidade não pode ser realizada por compromissos adquiridos a última hora pelos seus representantes os senhores Falcão e Santiago, tendo sido postergada para o dia seguinte, às 12:10.

Às 17:30, o Consultor deixou a sede do Naturatins.

Dia 24 – Quarta feira

Na sede do Naturatins, foram concluídos os preparativos para o traslado ao PEJ e feitos os arranjos com a Chefia do Parque para a reunião com o Conselho Consultivo do PEJ, programada, para aquela mesma noite, às 20:00hs.

A reunião com a Presidência e com a Diretoria de Biodiversidade ocorreu durante o período de almoço, fora da sede do Naturatins, onde foi possível realizar as seguintes análises:

- Quadro de alternativas a serem apresentadas às Comunidades de Jalapão, em ordem de importância, de acordo com os resultados da análise realizada o dia anterior com a Coordenadora da CUCO.
- Pontos de vista da Consultoria sobre o processo e as conseqüências de uma redelimitação do Parque.

- Preocupações institucionais por um processo transparente e adequado, tomando em consideração as normais pressões sociais, econômicas e setoriais que costumam acompanhar processos como o que justifica esta Consultoria.

Com esses intercâmbios e análises prévios, a equipe formada pelo Diretor de Biodiversidade, Eng^o.Q^{co} Antonio Carlos Santiago; a Eng^a.Amb. Polliana Gomes Lopes, técnico da CUCO; o Jor^{ta} Ambiental Fábio Souza, do Setor de Comunicação e, o motorista Luiz Vanderlei de Carvalho, partiram com o Consultor rumo ao Parque Estadual do Jalapão, às 14:30, chegando ao CAT- Centro de Atendimento ao Turista, em Mateiros, às 20:10, diretamente para o encontro com o Conselho Consultivo.

Reunião com o Conselho Consultivo. - Com a presença de mais de 80% dos membros do Conselho do PEJ e durante um pouco mais de 4 horas de análise da situação e debate sobre os elementos que jogam um papel importante na redelimitação do Parque, estes foram os principais assuntos debatidos:

- Apresentaram-se todas as alternativas possíveis de acordo com os Documentos Técnicos Ajustados nº 1 e 2 e reforçou-se a intenção de concentrar a Consulta Pública em apenas aquelas alternativas e exclusão de terras. Ver figura O1

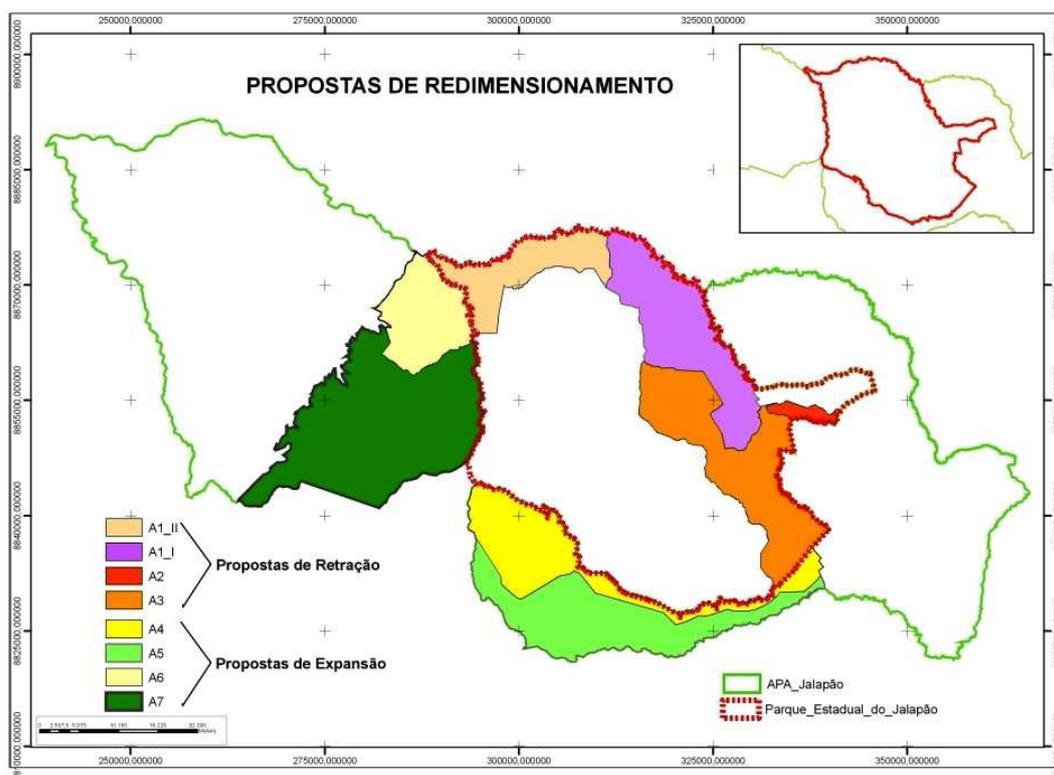


Figura O1 - Propostas Finais de Redimensionamento do Parque Estadual do Jalapão.

- Foi rapidamente debatida a opção de não modificar os limites e todos concluíram unanimemente que tal alternativa não seria conveniente.
- Foi esclarecido que não se faria nenhum esforço em discutir aquelas alternativas que envolvessem terras que estão *sob judice*, como é o caso das propriedades localizadas em atrativos naturais de importância para o Parque, englobadas na Alternativa 2 do estudo, a mesma que corresponde aos atrativos de Fervedouro e Cachoeira do Formiga (Área em vermelho na Figura 01).
- A Consultoria expôs os fundamentos da Alternativa 1 (**A1**) e suas variações (**A1-I e A1-II**) durante o estudo encomendado pela TNC e o Naturatins em 2008. Foi evidente que o mesmo Conselho não estava completamente familiarizado com o estudo, o que provocou longas discussões. Alguns Conselheiros alertaram à Consultoria que o mesmo estudo foi disponível tardiamente para representantes da comunidade, o que certamente faria necessário explicá-la em detalhes ao restante dos comunitários.
- Durante esta fase foram levantadas as seguintes preocupações:
 - Algumas pequenas comunidades não seriam atendidas e muito menos os proprietários da maioria dos atrativos;
 - A Comunidade de Mumbuca ainda necessitaria uma área maior para sua sobrevivência e permanência na região;
 - A Alternativa 3, apresentada pela Comunidade de Mumbuca em 2008, foi intensamente debatida e provocou outras análises, como é o caso de:
 - exploração de recursos naturais em áreas de proteção integral;
 - sistemas de produção ineficientes;
 - exploração de capim dourado além dos limites naturais de reposição;
 - interferência no manejo do Parque se essas terras ficarem fora dos seus limites;
 - possibilidades de declaração de um possível território quilombola e sua influência nos limites do PEJ.

argumentos entre setores da comunidade, ou até mesmo, entre membros do mesmo grupo.

5. Desconhecimento, ou má compreensão de conceitos e má aplicação daqueles que se manejam.
6. A sobreposição, sem evidente integração, de entidades oficiais de hierarquia diferentes (INCRA-DETUR-ANA- Governo Federal)
7. Insegurança sobre a continuidade das políticas reduz para os comunitários as garantias que exigem algumas questões que comprometem os setores oficiais para o futuro.
8. Sistemas de produção tradicionais de baixa eficiência, mas culturalmente arraigados.

A Consultoria, após a conclusão dessa reunião às 0:30h do dia 25, inicia a revisão da sua estratégia para a condução da Consulta Pública, em base ao apresentado e analisado na reunião de Conselho Consultivo, presidido pelo Gerente do PEJ, Erick Santos.

Dia 25 – Quinta feira . **CONSULTA PÚBLICA**

Com a participação dos funcionários do Parque e da Prefeitura, a Consulta foi organizada e realizada no templo da igreja católica da cidade de Mateiros.

Participaram os mais diversos setores da comunidade e instituições dos setores oficiais estaduais e federais (Ver lista de presença em anexo). É bastante provável que tenham participado mais pessoas do que mostram os registros, uma vez que a entrada e saída de comunitários era constante, permanecendo sempre cheio o espaço físico do local.

O encontro iniciou às 9:30 da manhã e concluiu às 17:40, após a identificação e seleção das propostas a serem levadas para consideração do Naturatins. Tiveram importante participação os funcionários locais Cassiana, Emivaldo e o seu Gerente, Erick Santos. O Diretor do Naturatins, o Q^{co} Antonio Carlos Santiago foi de incalculável importância para defender e argumentar todos aqueles assuntos que correspondiam à política institucional e gestora do instituto e, obviamente, foi determinante no seu apoio ao trabalho do Consultor / Moderador.

Nos trechos seguintes serão apresentados os detalhes mais importantes que definem melhor a Consulta Pública realizada.

• **Programação**

- 1- Apresentação oficial do evento e proposta metodológica
- 2- Nivelamento de informações (Apresentação do estudo de redelimitação)

- 3- Esclarecimento de dúvidas (Identificação de pontos escuros)
- 4- Esclarecimentos
- 5- Intervalo para almoço e preparação para o debate
- 6- Revisão de informações
- 7- Apresentação de proposta pela Audiência
- 8- Defesa das propostas
- 9- Escolha definitiva
- 10- Encerramento do evento

Foi programado que os primeiros quatro (4) itens da programação se realizariam no período da manhã, e os últimos cinco (5) na parte da tarde, com um intervalo a ser negociado entre ambos.

O evento contou com a presença de mais de 90 comunitários e representantes das instituições relacionadas com o assunto em pauta.

- **Apresentação Oficial do Evento (1)**

O próprio Gerente do PEJ, Erick Santos, deu abertura oficial ao evento dando as boas vindas e expondo o objetivo do mesmo para os presentes. Também tomaram a palavra, primeiro, o Sr. Prefeito de Mateiros e, seguidamente, pelo Naturatins, o Q^{mco} Antonio Carlos Santiago. Ambos agradeceram o comparecimento da comunidade e identificaram a importância do evento. Nesse momento foi chamado a participar quem subscreve este relatório, para iniciar os trabalhos de moderação e orientar os rumos do encontro.

O primeiro aspecto que o Moderador expôs foi o processo metodológico que deveria reger o encontro, apresentando a seqüência de etapas, como segue:

Programação – Foi apresentada a programação acima descrita, fazendo o esclarecimento sobre a distribuição das etapas no tempo. Inicialmente a Audiência aceitou a proposta, mas durante todo o turno da manhã, houve múltiplas ocasiões em que o debate era exigido.

Recomendações para o debate – foi recomendado que para melhor aproveitamento do tempo, todos os presentes deveriam:

1. Ir direto ao assunto, sem estender-se com relatos já conhecidos;
2. Escutar primeiro os argumentos e questionar oportunamente, e
3. Esperar o momento certo para questionar.

Era de se esperar que tanto a programação, como a metodologia sugerida fosse constantemente desafiada por uma parte da audiência, haja vista a importância do evento e os anseios desencontrados entre os objetivos comunitários e os interesses pontuais de alguns indivíduos.

Antes de continuar com a programação, o ex-prefeito Martins, em representação de outros proprietários e proprietário das terras onde se encontra o atrativo conhecido como Fervedouro, solicitou um espaço no evento para apresentar uma nova proposta de redelimitação do Parque, a qual foi concedida para ser defendida no turno da tarde, até porque ela não estava pronta para ser apresentada naquele momento. Seria lhe concedido 10 minutos.

- **Nivelamento de Informações (2)** (*Análise das alternativas de redelimitação*)

O Moderador apresentou os fundamentos do estudo, no intuito de nivelar as informações sobre as considerações técnicas e, ainda, definir as propostas que alterariam os limites do PEJ em benefício das comunidades que solicitaram esse processo.

A primeira proposta, considerada essencial para dar seguimento à Consulta, foi a definida como **A0**, aquela que propõe deixar a os limites como estão desde o seu decreto. Ela foi rejeitada unanimemente, mas não sem antes ter confundido um pouco os participantes, momento este aproveitado por alguns indivíduos que desafiavam o objetivo trabalho e a ordem do debate.

Na exposição da segunda proposta e suas variações, apresentaram-se todas as considerações e modificações sofridas pelo território marcado para exclusão, desde a elaboração do Plano de Manejo, até o estudo de 2008. Foram feitas as justificativas dessa alternativa marcada como **A1** e suas variações **I** e **II**, as quais na sua essência mostram reduções da área prevista em 2003 (Ver Figura 03).

O mapa definido como **A1** refere-se a área apresentada pela Consultoria em 2008, antes da primeira Reunião Técnica, evento este realizado com todas as lideranças e representantes da sociedade civil, na cidade de Palmas, em março desse ano.

Assim, continuando com a Figura 03, o mapa definido como variação **I** mostra a área que segundo a Consultoria ficaria dentro dos limites do Parque, ou aquela que seria reduzida da área original proposta no Plano de Manejo de 2003. Já a definida como **II** neste relatório é apenas um aumento da anterior, por considera-la muito pouco ocupada, em bom estado de conservação e por proteger os recursos hídricos dos rio Soninho e Novo no seu trecho final, antes do seu encontro. Esta segunda variação foi determinada na Reunião Técnica de 2008.

Desta forma, a Figura 04 apresenta a área final proposta nesta Consulta Pública, a qual viria a se contrapor com qualquer outra proposta da comunidade ou representante, durante o evento aqui relatado.

Vale a pena observar que a comunidade, num esforço de valorizar seu empenho para regularizar as suas terras, prefere que se fale de “retirada das terras do Parque, de dentro das Comunidades”, em vez de “retirada das Comunidades de dentro do Parque”

Figura 04. Proposta final apresentada na Consulta Pública de junho de 2009, na cidade de Mateiros. Seguidamente, o Moderador apresentou a proposta que considerava a permanência, dentro dos limites do PEJ, das terras ocupadas pelas Comunidades de Carrapato e Formiga, alternativa A2, com exceção dos lotes 8 e 9, como aparece a Figura 05.

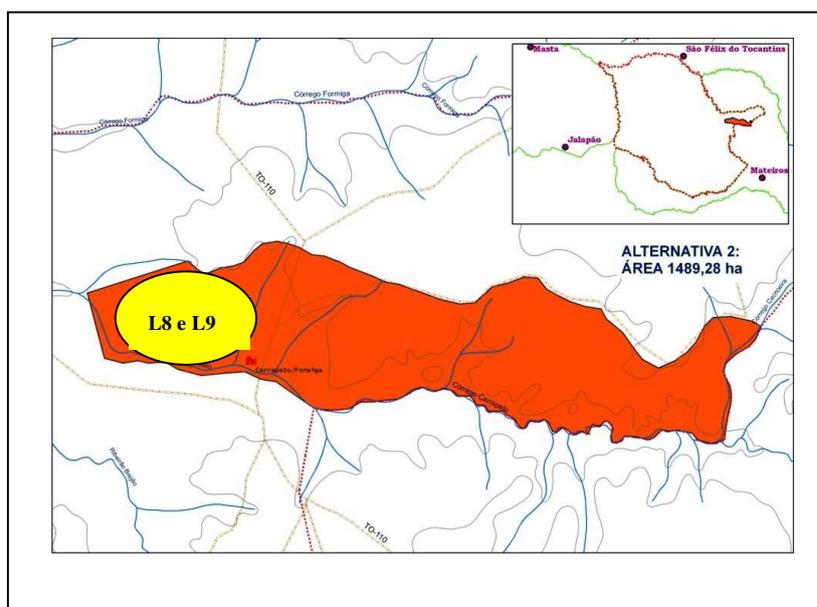


Figura 05. Alternativa 2 ou proposta de permanência de terras na área que compreende o “nariz do Parque” (Região do Carrapato e Formiga), com exclusão dos lotes 8 e 9

Foi na apresentação desta proposta que as maiores manifestações de oposição foram apresentadas, dificultando assim o seguimento metodológico proposto. Ficou evidente que os proprietários de atrativos são os mais difíceis de convencer sobre os limites e da importância do PEJ como propriedade pública. Assim, também, fica evidente a preocupação sobre o futuro indefinido daqueles membros mais humildes da comunidade, os quais parecem não conseguir ver vantagens em permanecer dentro do Parque.

Para os proprietários que defendem interesses individuais lhes foi informado que a proposta somente será discutida após a definição judicial que está hoje em andamento; portanto, tratou-se de suspender qualquer análise maior ao respeito. Para o restante da comunidade, solicitou-se paciência e um tempo para que revisassem o mapa de localização das suas propriedades, na hora do intervalo e esperassem a sessão da tarde para voltar ao debate.

A proposta feita originalmente em 2008 pela comunidade de Mumbuca, segundo a Figura 02, já amplamente discutida no dia anterior na reunião de Conselho Consultivo do PEJ, não teve condições de ser apresentada, pois era necessário esperar as novas propostas da Comunidade, especialmente aquela oferecida pelo ex-prefeito Martins e seus representantes. Assim, passou-se rapidamente à seguinte sessão.

- **Identificação de pontos escuros (3)**

Entre os assuntos que ficaram identificados e que necessariamente teriam que ser abordados durante a consulta, foram definidos os seguintes:

- Que podiam esperar, de positivo ou negativo, aquelas pessoas e comunidades que tivessem suas terras dentro do parque, definitivamente?;
- Que cuidados teriam que ser tomados pelos que viveriam fora dos limites do parque?;
- Quais as garantias do Estado para que o processo desejado e as propostas escolhidas fossem implementadas como esperado?
- Por que interessar-se pelas terras dos que sempre moraram na região e não pelas terras do interior do Parque, sem atrativos e pertencentes a gente de fora?
- Onde estão localizados os lotes ou as terras de cada família ou comunidade, ao final? Dentro ou Fora das áreas propostas?

Estas questões pareciam ser as que deixavam mais ansiosas as pessoas. Pelo avançado do tempo, foi necessário interromper os trabalhos da manhã e juntar a próxima sessão com o almoço.

- **Esclarecimentos de dúvidas (4)**

Antes dos organizadores e o Moderador interromper suas tarefas e liberar os participantes para o almoço coletivo no PET de Mateiros, os primeiros ficaram no local esclarecendo individualidades. Muitos pequenos e grandes proprietários tiveram a oportunidade de discutir seus pontos de vista sobre o processo de redelimitação, enquanto outros conseguiram localizar seus lotes no mapa especializado, disponibilizado pela Gerência do PEJ.

O Moderador aproveitou para adiantar informações sobre os pontos positivos da existência do Parque e as múltiplas oportunidades que os comunitários e proprietários teriam para negociar num futuro próximo com o Estado. Também, foi uma oportunidade para aliviar tensões e esclarecer outras dúvidas em relação ao processo de conciliação entre as partes.

- **Intervalo para almoço / Preparação para debate (5)**

Durante o intervalo de uma hora e quarenta minutos, a Comunidade de Mumbuca preocupou-se em estudar sua proposta original e, dispondo das novas informações, reformularam, para o período vespertino, uma nova proposta no intuito de submetê-la à consideração do Naturatins.

Da mesma maneira, o grupo representado pelo ex-prefeito Martins, dedicou-se a estudar e preparar a proposta em relação aos novos limites do Parque, a mesma proposta original que foi prometida para ser apresentada em Plenária.

Para todos, o retorno à Consulta Pública ficou estabelecido, por maioria, para as 14:00h.

- **Revisão de informações (6)**

Nessa sessão, ao retornar do intervalo, o Moderador iniciou dando algumas opiniões sobre as possibilidades positivas e negativas a disposição dos dois grupos de afetados pelos novos limites do PEJ: os que ficariam e os que sairiam. A intenção era fazer pública algumas das dúvidas esclarecidas com o pessoal que procurou os organizadores na hora do intervalo e dar tempo para congregar todos os convidados que ainda se encontravam fora do recinto.

Entre os assuntos que apareceram nesta etapa prévia à apresentação das propostas finais foram sinalizados os seguintes assuntos:

- Ficar fora dos limites não significaria o fim dos problemas enfrentados pelas famílias ou comunidades, uma vez que as questões de produção, renda e serviços continuariam a marcar a população;
- Permanecer como posseiros e proprietários dentro dos limites do Parque pode significar a oportunidade de reivindicar estratégias para o desenvolvimento individual e coletivo de longo prazo;
- A vocação turística do Jalapão exige abordagens globais dos mais variados aspectos, tanto econômicos, como sociais e a existência do PEJ garante que os benefícios sejam coletivos e não apenas para uma minoria privilegiada geograficamente.

Mesmo permanecendo um clima de inconformidade entre os que defendiam interesses individuais, o restante do público mostrava uma certa preocupação e pareciam esperar por alguma solução final. Foi necessário repetir em diversas ocasiões que a principal preocupação do Naturatins era resolver, primeiro, a situação das comunidades da melhor forma possível. Os assuntos pontuais seriam resolvidos oportunamente. Nesse momento convidou-se a todos a apresentar as novas propostas, o que deu início à seguinte sessão.

O Sr. Martins, depois de autorizado pelos presentes, comprometeu-se a entregar uma cópia acabada da sua proposta para a instituição gestora, fato este que impede que alguma figura sobre a área a ser excluída seja incluída neste documento.

Finalmente, nesta sessão, o Moderador lembrou que a terceira proposta, aquela que foi apresentada no período da manhã, não requeria ser analisada novamente, até porque fazia parte da proposta da Comunidade de Mombuca e parecia resolver o conflito com uma vintena de outras comunidades, pois excluía o Parque das suas terras.

Para o momento em que ia se dar início à seguinte sessão, houve na platéia um desentendimento entre um dos proprietários locais e um Agente Federal do Instituto Chico Mendez para a Biodiversidade – ICMBio, fato que interrompeu a Consulta por breves minutos e colocou em xeque o seguimento do evento. Foi necessário acalmar os ânimos e incentivar o retorno de alguns participantes que pretenderam esvaziar a reunião.

- **Defesa das propostas (8)**

Uma vez restabelecida a ordem e depois do retorno dos que saíram dos seus lugares, graças ao pedido da representante da Comunidade de Mumbuca, a Srta. Ana Claudia Matos da Silva, o Moderador solicitou aos responsáveis pelas propostas que, antes da escolha da proposta mais adequada a ser enviada ao Naturatins, se permitissem 5 minutos para justificar a importância e qualidades da sua proposta. O intuito: revisar os argumentos que sustentavam cada proposta, antes da seleção final.

Novamente, o comunitário Paizinho tomou a palavra e justificou a exclusão das terras próximas a Mumbuca, considerando-as parte das áreas utilizadas para a subsistência do pastoreio de mais de 300 cabeças de gado, além de ser área de coleta de capim dourado. Essa participação permitiu a discussão sobre o momento oportuno para permitir o uso dessa área pela Comunidade, uma vez que somente poderia ser autorizado quando os verdadeiros proprietários das terras fossem indenizadas.

O mesmo representante do Naturatins, mostrou-se aberto para estudar caminhos para integrar essa área ao manejo futuro, dentro de propostas pioneiras de uso de recursos em área de proteção integral. Na opinião dele, isso seria possível seja sob denominação de área especial, experimental, de uso sustentável, ou sob regime de outro tipo (termo de ajuste de conduta ou similar), sempre e quando a proposta seja escolhida como a mais adequada e, obviamente, depois de adequadamente apropriada.

Em seqüência, o Sr. Martins foi convidado a expor os motivos que justificariam a proposta recentemente apresentada e suas alegações se concentraram nos seguintes aspectos:

- Faria justiça a todas e cada uma das comunidades que ocupam o norte e nordeste da área hoje sob Parque Estadual;
- A quase maioria dos proprietários dos atrativos mais importantes seriam igualmente beneficiados; e
- Mesmo que o Parque ficasse com menos de dois terços da sua área original, as terras seriam mais facilmente expropriadas e convertidas em terras públicas.

Aberto o espaço para considerações, antes da seleção final por parte da Audiência, o Sr. Luciano Cohen tomou a palavra para alertar que a proposta recém apresentada pelo Sr. Martins não levava em consideração a previsão de implantação de diversas PCHs, ou estações hidroelétricas, infra-estruturas que colocariam em risco e sob as águas extensas áreas do PEJ, podendo desalojar as mesmas comunidades e proprietários que hoje apelavam para que o Parque saísse das suas terras. O Moderador convidou para o que seria a última parte da Consulta.

- **Seleção de propostas (9)**

O Moderador explicou que tentaria de todas as formas conduzir essa sessão para alcançar o consenso da Audiência em relação à melhor proposta a ser encaminhada ao Naturatins. Somente em último caso a escolha seria por votação.

No entanto, uma postura inesperada da representante da Comunidade de Mumbuca, a Srta. Ana Claudia facilitou o processo ao indicar o desejo da sua Comunidade de permitir que ambas as propostas, a de Mumbuca e a do grupo do Sr. Martins, fossem encaminhadas juntas para consideração do Naturatins.

Tal posicionamento se fundamentara no fato de que a de Mumbuca aceitava a proposta do Naturatins, fusionando-se praticamente numa só. Além do mais, a proposta do Sr. Martins e seu grupo era abrangente o suficiente para incluir a proposta de Mumbuca, o que excluiria da necessidade de escolha.

O Moderador, entendendo que essa sugestão metodológica de seleção evitaria rachaduras explícitas da comunidade como um todo, solicitou a opinião específica do grupo do Sr. Martins ao respeito, obtendo igual aceitação de conduzir ambas propostas ao Instituto Naturatins.

Como forma de selar essa decisão, o Moderador optou, adicionalmente, por buscar a aprovação da Audiência e procurou saber a opinião sobre as opções de enviar as propostas juntas, ou escolher uma única delas. O resultado foi unânime a favor de enviar ambas propostas ao Naturatins.

No entanto, antes de dar por encerrado o processo, o Moderador fez pública a informação que o Sr. Martins lhe dera pessoalmente sobre as suas intenções de seguir lutando por sua proposta, no suposto caso da sua proposta, sugerindo novos

limites para o Parque, não ser aceita pelo Naturatins. Este é um indicativo de que haverá, por mais algum tempo, posicionamentos irreconciliáveis a serem enfrentados pelos gestores do Parque.

Para encerrar essa sessão, O Moderador reforçou a informação de como seria o seguimento do processo e definiu as seguintes etapas:

- O relatório da Consulta Pública seria apresentado ao NATURATINS, contendo os detalhes do acordado no evento.
- O grupo do Sr.Martins encaminharia um mapa com a área proposta a ser excluída dos limites do Parque, ainda em uma semana.
- O Instituto estudaria ambas propostas e responderia, sem prazo definido, o resultado da sua análise, podendo convocar uma nova reunião, ou publicando nos meios de comunicação, se conveniente.
- O Naturatins se reserva o direito de estudar separadamente aquelas propostas que incluem novas áreas aos limites do PEJ, entendendo que usará a melhor estratégia para reduzir os conflitos e não provocar as mesmas situações criadas no momento do seu decreto.

• **Encerramento do evento (10)**

Nessa etapa do processo de Consulta, o Moderador passou a palavra ao Gerente da UC, Sr. Erick Santos, quem agradeceu a todos pela presença e a todos os que colaboraram com a realização do evento.

O representante do Naturatins, o Sr.Santiago, da mesma forma agradeceu a todos por seu comparecimento e compromisso durante o evento. Sublinhou que o verdadeiro objetivo foi alcançado: discutir os interesses comunitários, em primeiro lugar. Lembrou que os assuntos particulares serão estudados, caso a caso e que certamente, naquele dia, tinha-se dado um passo importante na direção correta.

Em nome dos presentes o Sr.Galvão pronunciou palavras de reconhecimento sobre o evento e agradeceu a todos, solicitando um especial apoio para a pessoa do Sr.Santiago, quem em representação do Naturatins, permitiu tais resultados.

Finalmente, o Moderador agradeceu a todos os presentes e convocou para o entendimento e a reflexão, pois a redefinição dos limites do PEJ não será a única coisa a ser discutida, nem a mais importante para levar as comunidades ao desenvolvimento esperado, mas muito trabalho restaria por fazer nas áreas de sistemas de produção, integração das comunidades ao turismo, entre outras coisas.

O evento foi encerrado às 17:20, da quinta feira, 25 de junho de 2009.

Recomendações e Parecer do Consultor

A partir desta sessão e para finalizar este relatório de Consulta Pública, apresentam-se as recomendações e o parecer do Consultor, o mesmo que coordenou os últimos estudos de redelimitação do Parque Estadual do Jalapão e atuou como moderador nessa primeira consulta à comunidade local.

Recomendações

- Intensificar o processo de contato com as comunidades, fazendo um corpo a corpo com cada uma delas, individualmente, para esclarecer ainda mais os fundamentos que se discutiram nesse evento e fortalecer a comunicação entre as partes. Até a próxima consulta, o assunto deve ser amplamente discutido e os resultados deste evento enaltecidos.
- Dar condições à nova Gerência de dar continuidade ao estilo “boa vizinhança” iniciada na Gerência anterior, como uma forma de estudar estratégias para o desenvolvimento local das comunidades, no intuito de cada vez mais **reduzir** a dependência direta sobre os recursos do Parque e ensaiar novos sistemas de produção alimentar, tanto para a sobrevivência, como para a criação de renda.
- Não subestimar o impacto das ações que os casos individuais de propriedades particulares podem ter sobre o processo de redelimitação. O panorama político neste tipo de situações tende a mudar mais facilmente quanto mais frágil é o relacionamento da instituição gestora com a comunidade. Difícil sempre será convencer o valor do coletivo sobre o interesse individual e isso torna-se ainda mais difícil quando o Gestor deixa o campo livre para as manipulações e agendas ocultas. Ao final, os que se sentem afetados pelo Estado e possuem interesses próprios e não coletivos, convivem mais intimamente com a Comunidade, falam culturalmente a mesma linguagem e possuem vínculos históricos que o Gestor muitas vezes desconhece.
- Cadastrar ou seguir cadastrando as populações e propriedades para manter o controle dos que serão beneficiados. É importante impedir que aventureiros e oportunistas, no seu interesse de se beneficiar de uma determinada situação, venham a por em perigo os benefícios que devem receber as populações que realmente merecem e, desta maneira, coloquem a perder todos os esforços realizados pelo Gestor para resolver o conflito de limites.
- Constituir uma Força Tarefa para estudar e propor inovadoras formas de compensação e indenização, tanto coletivas, como individuais. A instituição gestora, em conjunto com as outras agências governamentais que criam a jurisprudência das expropriações, transferências e/ou permanência de pessoas em UCs, necessitam criar um leque de opções que abrigue, sem conflitos maiores, todas as diversos casos, mesmo criando combinações de opções que garantam o processo de conversão de terras privadas/ ocupadas, em terras públicas. Isso deve ser alcançado dentro do melhor clima possível e com garantias sólidas para todas as partes.

Parecer

É a opinião do Consultor que esta primeira Consulta Pública ainda não tem o caráter de uma Audiência Pública, pois o processo sob responsabilidade do NATURATINS encontra-se ainda na fase de “escolha”. Lembremos que o processo referido foi esquematizado no Documento Técnico Ajustado no 1 (pág.22), aprovado em 2008. (Ver Figura 07).

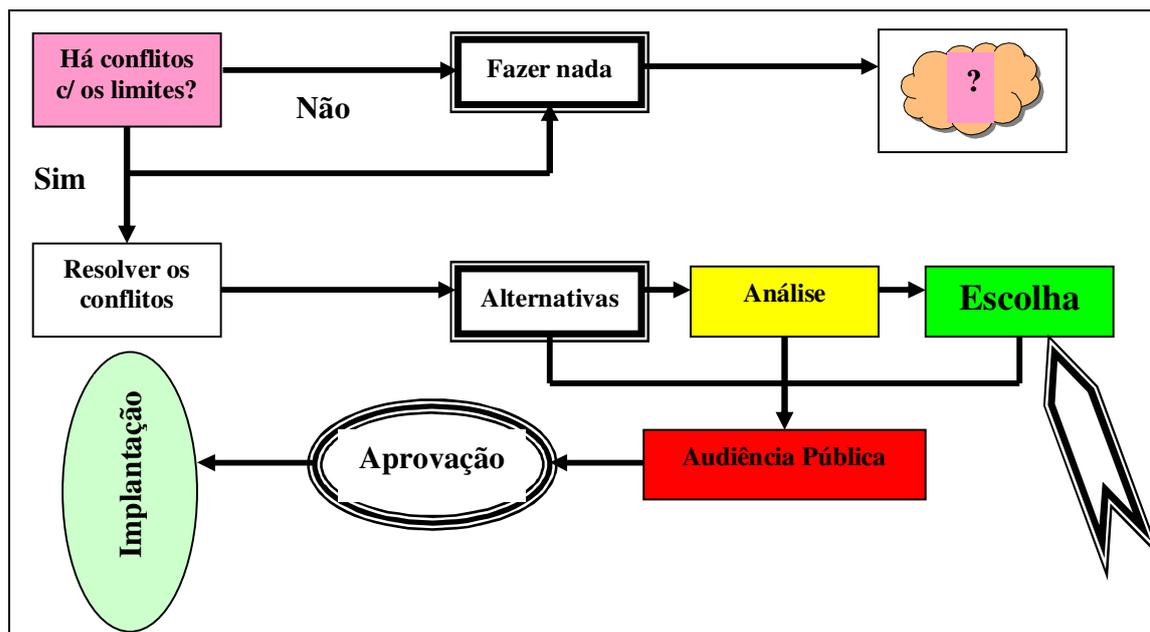


Figura 07. Esquema do processo original apresentado no Documento Técnico Ajustado nº 1, de 2008, assinalando o momento atual de Consulta Pública.

Isso quer dizer que o Instituto e a Gerencia do PEJ devem estar preparados para continuar a tarefa de enfrentar o conflito criado pelos limites, uma vez que o processo está longe de satisfazer a todos. Esse é um fato que seguirá trazendo enfrentamentos, especialmente com uma parcela significativa de proprietários de atrativos e dos que possuem interesses individuais de algum tipo.

Obviamente que o Estado e o NATURATINS ainda possuem o poder de baixar decretos, sempre e quando tenham a anuência da Assembléia Legislativa e suas propostas estejam bem justificadas, técnica e legalmente. O recomendável é continuar o processo participativo, o qual dá sinais de estar no rumo certo.

O evento aqui relatado pode considerar-se um passo mais, rumo ao concerto dos sonhos de uma população que acredita estar melhor fora dos limites do Parque, ou seguindo a sugestão da Comunidade, estará melhor porque o Parque estará fora dos limites das suas posses e terras.

E mesmo que o evento tenha trazido algum alívio às tensões de uma parte da população, ficou longe de satisfazer algumas lideranças e já deram sinal que seguiram enfrentando o Estado e a instituição gestora, sob estímulo de um dia vê-los desistir, ou de prolongar a situação que de alguma forma os beneficia, ou porque ainda acreditam que podem continuar usufruindo do benefício de estar dentro de uma UC de proteção integral.

O Instituto NATURATINS deve, na opinião do Consultor:

1. Exigir a proposta apresentada pelo Sr. Martins em representação de um grupo definido de proprietários, e estudar as duas propostas submetidas durante a Consulta, com a mesma seriedade técnica, para depois escolher a que mais se adapte aos princípios que regeram a criação do Parque e protejam os interesses dos munícipes.
2. De posse das respostas, comunicar novamente às comunidades e grupos proponentes, iniciando o processo com o Conselho Consultivo e divulgando em Audiência Pública, se acharem conveniente. Todas as respostas devem estar bem fundamentadas e claras para não dar margem a novos conflitos. Seria conveniente, para esse momento, ter estudado alternativas possíveis para as demais dúvidas que possam aparecer entre a comunidade, pois o “Parque sair das terras” não será suficiente para eles todos. Concessões, expropriações no tempo, benefícios indiretos, trocas de domicílio, novos sistemas de produção, integração ao turismo; estratégias para os filhos; território quilombola e sua convivência com o Parque, aproveitamento de áreas externas ao Parque, são todos assuntos que podem requerer uma reflexão imediata.
3. Desenhar uma estratégia para posicionar-se sobre as medidas legais e administrativas que deverão se seguir até definir legalmente os novos limites (até ser aprovado pela Assembléia Legislativa) . Tal estratégia deve conter ações específicas de contato pleno com os diversos grupos humanos afetados pelos novos limites e deve considerar também se não é conveniente levar para Assembléia todas as alternativas propostas no estudo, de uma única vez.

Para finalizar, é importante lembrar que processos como este não podem atropelar o tempo que necessitam as pessoas e as comunidades para entender as melhores saídas aos seus conflitos, mas também não pode perder o *momentum* e atender os problemas básicos dessas populações enquanto se definem seus futuros individuais e coletivos em outras esferas. Negligenciar a dedicação que elas, as comunidades necessitam, é deixar o caminho livre para quem deseja que a situação continue sem solução e facilite a permanência dos esquemas de poder e vantagens estabelecidos.

Dr. Jesus M. Delgado-Mendez
Consultor / Moderador